O FEMININO APRISIONADO: DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE GÊNERO NO PRESÍDIO FEMININO DE CAJAZEIRAS

Miryan Aparecida Nascimento de Souza¹, Andrea Carlos Feitosa², Mariana Moreira Neto³, Maria Lucinete Fortunato⁴

Introdução: O projeto “O feminino aprisionado: direitos humanos, relações de gênero no Presídio Feminino de Cajazeiras – PB” promoveu ações extensionistas com presidiárias do Presídio Feminino de Cajazeiras, problematizando questões de direitos humanos, de cidadania e relações de gênero. As ações extensionistas tiveram como ponto norteador o entendimento de que a luta por direitos humanos deve ser plural e complexa na nossa contemporaneidade, considerando que “(...) novos sujeitos de direitos comparecem ao espaço público e configuram compreensões e agendas, além de novas lutas que, de alguma forma, se somam àquelas permanentes. Isso porque, em direitos humanos, a diversidade dos sujeitos em luta, seja por reconhecimento, seja por bens, é marca estruturante e se traduz em agendas que radicam na exigência de condições e oportunidades para que a dignidade humana seja efetivada no cotidiano da vida de cada uma e de todas as pessoas (CARBONARI, 2012, p. 22)”. Metodologia: Foram realizadas oficinas, debates e reuniões orientadas, gerando espaços para a constituição de uma compreensão sobre os direitos humanos, a construção cultural do masculino e do feminino, saúde e direitos reprodutivos, direitos humanos, condições de vida nos presídios femininos, relações afetivas e sexuais, possibilitando a percepção das presidiárias enquanto sujeitos de direito, com individualidades e autonomia. Resultados e Discussão: O objetivo de criar espaços de discussão de direitos humanos, cidadania, relações de gênero, formação política se concretiza nos momentos em que as presas elaboram uma compreensão política acerca de sua condição de mulher e como essa posição é uma construção histórica. As presas reconhecem a invisibilidade que envolve o presídio revelando a forma como são situadas como sujeitos desprovidos de quaisquer traços de direito. A interface com as questões de gênero é significativa, pois as presas percebem que a maneira como são tratadas, pelo sistema prisional e pela sociedade,

¹ Aluna do Curso de Pedagogia, CFP/UCG, discente, bolsista, miryan.13@hotmail.com

² Aluna do Curso de Pedagogia, CFP/UCG, discente, bolsista voluntária, a.feitosa@hotmail.com

³ Professora lotada na UACS/CFP/UFCG, coordenadora, moreiramariana@uol.com.br

⁴ Professora lotada na UACS/CFP/UFCG, orientadora, mlucinete@uol.com.br

traz implicações com o fato de ser mulher. O ambiente onde o projeto é realizado tem limitações, que dificulta a realização de algumas atividades. Mesmo assim, cada dificuldade foi trabalhada e utilizada como elemento para a problematização das questões propostas. A falta de cadeiras é improvisada com baldes. As presas reconhecem a precariedade, arquitetônica, política, social, do presídio enquanto lugar de vida e de gente. Conclusões: O projeto vem apresentando resultados significativos ao criar espaços de discussões que favorecem a mudança de uma concepção dominante que as considera sem nenhuma proteção e naturalmente fadadas ao abandono e esquecimento social. As presidiárias se identificam com atividades lúdicas, e se sentem abertas para relatar suas vivências de violência, exclusão social, miséria, repensando suas posturas enquanto sujeitas destituídas de seus direitos de cidadã.

Palavras-chave: presidiária, direitos humanos, relações de gênero